

TV ESCOLA

DOIS ANOS DEPOIS

Lisandra Paraguassú e Marina Oliveira (textos)
Gláucio Dettmar e Wanderlei Pozzembom (fotos)
Enviados Especiais

Alagoas e Goiás — Uma televisão, uma antena parabólica, um videocassete, equipamentos de alta tecnologia. Professores que não chegaram ao segundo grau, não ganham o suficiente para comprar livros. Escolas sem carteiras, quadro negro ou mesmo portas e janelas. Esse é o retrato do encontro entre o programa da TV Escola, idealizado nos gabinetes do Ministério da Educação (MEC), em Brasília, e a vida real no Brasil.

Dois anos depois de seu lançamento, o TV Escola está

longe de alcançar o ideal mostrado pela garota-propaganda Deborah Bloch nos comerciais veiculados pela televisão. Ao invés de salas arejadas e amplas, muita criança para pouco espaço. No lugar de professoras envolvidas com o projeto, mestres angustiados pela falta de orientação e tempo para utilizar o programa.

O TV Escola atinge hoje 50 mil colégios com mais de 100 alunos em todo o país. Foram investidos R\$ 70 milhões na compra dos kits e na produção dos programas — um custo de R\$ 3,60 por aluno/ano. O retorno, no entanto, ainda é desconhecido.

Até outubro do ano passado, o MEC não tinha dados concretos sobre o funcionamento da TV Escola. Uma

pesquisa feita por um grupo da Universidade de Campinas (Unicamp) foi o primeiro acompanhamento de resultados do programa. Os pesquisadores estiveram em 5.084 escolas, de oito estados em março e abril.

O próprio ministério admite que o TV Escola ainda está engatinhando. “A tecnologia demora para ser incorporada pelos colégios, que costumam resistir a mudanças”, justifica Mindé Badauy, diretora do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos de Ensino a Distância do MEC.

Em 1996, o Tribunal de Contas de União (TCU) resolveu investigar em que pé andavam os projetos sociais do governo Fernando Henrique Cardoso — entre

eles o TV Escola. O resultado, divulgado em dezembro de 1996, irritou o ministro Paulo Renato de Souza.

Com base em dados colhidos em cinco estados (Goiás, Alagoas, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais), os auditores concluíram que o programa não cumpria seu principal objetivo — capacitar professores — em 79,31% das escolas.

Um ano depois, o *Correio Braziliense* revisitou nove cidades em Alagoas e Goiás, incluídas no relatório. Os problemas encontrados não são mais tão gritantes, mas ainda existem, e são os de sempre: falta de segurança, treinamento de professor e infra-estrutura. Sem isso, não há parabólica que funcione.